



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

ATA DA XXXV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA ESEC TAMOIOS

10 de agosto de 2016

Às 14 horas e 15 minutos do dia 10 de agosto de 2016 deu-se início à XXXV Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da ESEC Tamoios, na sede administrativa da UC. Compareceram à reunião os seguintes conselheiros: Beator Joaquim de Souza Filho (Transpetro); Tiago Oliveira Menezes (FIPERJ); Nadine Castro Paixão (Secretaria de Meio Ambiente de Angra dos Reis); Darlam dos Anjos e Roberto Inácio Netto (Marinha do Brasil, Agência da Capitania dos Portos em Paraty); João Pedro Garcia Araújo (Eletronuclear); José Carlos Pedrosa (APEPAD); Márcio de Alvarenga Oliveira (Colônia Z-18); Almir dos Remédios (AMPIA); Sílvio Pacheco dos Santos (Secretaria de Pesca/Prefeitura de Paraty); Mônica Nemer (Secretaria de Meio Ambiente/Prefeitura de Paraty) e Régis Pinto de Lima (ESEC Tamoios/ICMBio).

Presentes também: Luciano Vidal, Gilberto Pinto de Oliveira e um terceiro de assinatura não legível (Câmara Municipal de Paraty); Luciana Gomes de Araújo e Ana Carolina Esteves Dias (UNICAMP), Anderson Rangel (sociedade civil), Suzana Ramirelli e Laila (Projeto Cavalos do Mar); Carlos Peixoto, Sylvia Chada e Graziela Barros da ESEC Tamoios/ICMBio.

Justificaram ausência o representantes do INEA/APA Tamoios, o representante da UERJ, Prof. Joel Creed, e o Prof. Roberto Villaça (Uff), que sugeriu que se buscasse um representante da Uff no pólo de Angra dos Reis.

O presidente do Conselho, Régis Lima, saudou os presentes, agradecendo a presença de todos e abrindo uma rodada de apresentações. Em seguida, apresentou a pauta da reunião e destacou os 10 anos de funcionamento do conselho da ESEC Tamoios, sem interrupções, sendo este um espaço para receber demandas, reivindicações, destacando que a criação do conselho foi uma das primeiras ações da UC.

Passando para o primeiro informe da pauta - a situação atual do processo do Termo de Compromisso entre pescadores e ESEC Tamoios - Régis destacou que vem sendo mantido este informe em todas as reuniões do conselho, apesar de não haver novidades quanto a este ponto. Até agora o presidente do ICMBio não devolveu o processo, nem sim, nem não. Fala das mudanças no governo, que o presidente do ICMBio é atualmente Rômulo Mello, que já foi presidente anteriormente. Informa que em reunião do presidente do ICMBio com a Coordenadora Regional Andréa Ribeiro esta colocou o TAC com os pescadores de Tarituba como uma das prioridades da CR-8. Régis informa que estará em Brasília na próxima semana e que este será um dos assuntos a ser tratado com o presidente. Compromete-se a dar um retorno sobre este assunto quando voltar, podendo inclusive ensejar a realização de uma reunião extraordinária. Márcio, presidente da Colônia Z-18, expressa sua indignação com a sacanagem que o governo está fazendo com um trabalho sério e bem feito que foi realizado localmente e que teve vontade de nem participar mais das reuniões de conselho. Está preocupado com sua classe e se precisar, vai a Brasília. Diz que precisa haver marcação das ilhas da ESEC no mar. Almir Tã, da AMPIA, reforça esse aspecto e considera que se não saiu

B 50

o acordo, também não pode ter fiscalização nessas áreas. Fala da situação do Sr. Antônio Reis, pescador artesanal de 74 anos, multado, que quase enfartou, ao comparecer à Polícia Federal. Relembra a proposta de que a ESEC Tamoios concentrasse a sua área nos 15 km ao redor da usina. Destaca por fim que os pescadores não são contra o meio ambiente e não vão desanimar nunca. Sílvio Pacheco, da Secretaria de Pesca de Paraty, lembra que a ESEC Tamoios existe por causa das usinas nucleares, e que é uma reserva imposta à população. Menciona novamente a situação do Sr. Antônio Reis, sua idade e o constrangimento a que foi submetido, sentenciado a pagar R\$ 2.500,00. Régis pergunta quando foi esta autuação. Sílvio informa que foi no início do ano e que o pescador já foi sentenciado. Márcio comenta outra situação onde um pescador artesanal, fundeado próximo da ilha da pescaria teria sido abordado pela fiscalização, enquanto vários barcos de turismo fundeados na praia da Lula não teriam sido, apesar do turismo também ser proibido nas áreas da ESEC Tamoios (áreas no entorno marinho da ilha do Catimbau). Márcio comentou também que a Procuradora do Ministério Público Federal, Dra. Monique, teria dito que os pescadores teriam que ter instrumentos de medição em seus barcos, mas esta não é a realidade dos pescadores artesanais. Régis agradece o retorno de Márcio ao conselho, agradece suas contribuições, destaca que a ESEC está focada na fiscalização dos barcos de pesca industrial. Espera que a conversa com o presidente do ICMBio na próxima semana seja decisiva, considera que a assinatura do TAC é ponto de partida. Sylvania Chada (ICMBio) sugere que os pescadores façam gestão também junto ao Ministério Público Federal - que abriu um procedimento cobrando do ICMBio a assinatura do documento. Régis lembra que o MPF teve papel importante na gestão junto à Marinha do Brasil para que houvesse a sinalização da ESEC Tamoios nas cartas náuticas. O representante da Marinha do Brasil reforçou a necessidade de apoio aos pescadores de Paraty: "olhem por eles". Quanto a colocação de bóias de sinalização, afirma o compromisso da Capitania em trabalhar junto com a ESEC e pescadores. Régis comenta a agenda de trabalho da ESEC com o Conselho de Turismo de Angra dos Reis, na Câmara Técnica de Ordenamento Náutico, que está andando muito bem. Ainda sobre as questões relacionadas ao pescador artesanal, Márcio comenta a questão da mortandade de golfinhos na baía de Sepetiba e que segundo matéria veiculada na TV, os pescadores artesanais estariam sendo culpabilizados, desconsiderando-se as inúmeras fontes de poluição presentes e todos os demais impactos no ambiente. Régis explica que as áreas de fundeio de grandes navios na baía de Sepetiba foram locadas em cima das áreas de descanso dos botos. Além disso, há grande presença da pesca industrial na baía de Sepetiba. Lembra que os golfinhos são indicadores de qualidade ambiental e nesse aspecto, a baía da ilha Grande tem conseguido manter a população de boto que aqui vive.

Em seguida, Graziela Moraes apresentou o resultado do monitoramento dos alarmes emitidos pelo sistema PREPS em 2014, mostrando os barcos industriais que pescaram dentro da área da ESEC neste período: Joel Santos, Leopoldo III e José Roberto I. Explicou que ainda não foram analisados os alertas de 2015 e que existe um prazo de 5 anos para a emissão dos autos de infração. Foram emitidos os autos de infração relativos ao ano de 2014, conforme mostrado na apresentação. Graziela afirma que o PREPS é uma excelente ferramenta, que gera provas incontestes, otimiza o serviço e aumenta o controle sobre as áreas da ESEC Tamoios. Considera que as áreas da ESEC tem sido evitadas, provavelmente devido a difusão da informação a respeito das autuações. Graziela lembra que o deslocamento pelas áreas da ESEC não gera autuação, citando o caso da embarcação Amélia Bueno, que fica ancorada no Saco do Mamanguá, sendo registrado no sistema o deslocamento frequente da mesma pelas áreas da ESEC, sem problema algum. Se for desligado o aparelho que emite os alertas, a embarcação tem 1 hora para comunicar e 4 horas para consertar, se for o caso. O barco que permanecer nessa situação pode ser multado. Márcio explicou que se desliga o aparelho a embarcação não consegue renovar a licença de pesca. Régis destaca que o sistema foi desenvolvido pela Marinha e que todas as embarcações acima de 15 metros tem que ter o

J

SM

PREPS. Graziela comenta que seria bom se todas as embarcações tivessem o sistema instalado, com subsídios do governo para a compra dos equipamentos, e que o objetivo maior da fiscalização é sair e não pegar ninguém. Régis relembra que demorou 1 ano e meio para a unidade obter uma resposta de Brasília quanto a possibilidade de se utilizar o PREPS nas autuações. Informa que o IBAMA também está utilizando o sistema para autuar, por conta da pressão do Ministério Público - Dra. Monique - em relação a baía de Sepetiba, onde 89 barcos industriais foram autuados. Reafirma que o foco da fiscalização deve ser a pesca industrial e considera o PREPS um indicador muito bom. Pede auxílio para quem estiver no mar e avistar barcos grandes na área da ESEC Tamoios, pois na mesma hora podemos checar o sistema por aqui.

Em relação ao informe "Sea Projects" - projeto BIG/FAO, Régis esclarece que trata-se de um recurso do projeto BIG, da FAO, para proposição de um novo protocolo de monitoramento para a área marinha impactada pelas usinas nucleares, de revisão do programa de monitoramento da Eletronuclear que já tem 30 anos. Informa que na segunda-feira haverá a primeira reunião com a empresa que ganhou a licitação e representantes da Eletronuclear, da ESEC Tamoios e do Projeto BIG. O produto - a proposta do novo programa - deve ser entregue até janeiro-fevereiro de 2017, e que seja um programa que todos conheçam. João, conselheiro da Eletronuclear, diz que a expectativa é boa, que o programa é antigo, que está defasado, reconhece que tem deficiências que precisam ser sanadas, lembrando que a empresa é uma importante fonte de dados ambientais. Régis reforça que deve ser um monitoramento que todos conheçam, que reflita toda a baía da Ilha Grande e que nesta discussão técnica se defina o que precisa ser monitorado em relação a usina nuclear, que o monitoramento responda a influência do empreendimento no ambiente marinho. Ana Carolina, da UNICAMP, pergunta se haverá um banco de dados público. Almir Tã chama a atenção para a água do mar que circula pela usina para resfriamento e a influência que pode ter no estoque pesqueiro, considerando as temperaturas elevadas que alcança. Luciana, também da UNICAMP, pergunta se a condicionante do licenciamento amarra a obrigatoriedade de tornar público o monitoramento. João, da Eletronuclear, diz que os dados tem que ser solicitados à empresa. Luciana reforça o direito à informação do cidadão comum, que mora ou que visita a região. Sylvia sugere que os interessados no assunto participem da reunião que ocorrerá na segunda-feira, às 11:00, aqui na sede. Régis avisa que esta reunião deverá ser somente entre as partes já mencionadas.

Em relação ao informe relativo a contratação da empresa Scitech, Régis informa que trata-se de condicionante de processo de licenciamento da Transpetro e que se trata de um diagnóstico da ilha de Imboassica, da parte terrestre e marinha. Serão feitas 4 campanhas, nas 4 estações do ano e está começando agora. Régis destaca a importância do diagnóstico para toda a baía da ilha Grande e o cumprimento da função de promover o conhecimento, uma das razões de criação da ESEC Tamoios, considera que o inventário será uma referência para todos, importante se algum dia tivermos um problema maior na baía. O valor da contratação está em torno de 400 mil reais. Ainda em relação ao direito de informação, João esclarece que no site da Eletronuclear estão os "relatórios de sustentabilidade" da empresa e Luciana ressalta a importância da informação estar acessível ao cidadão comum. Régis pergunta se há mais algum informe e na ausência de manifestações, passa a palavra para Ana Carolina.

Ana Carolina dá início a apresentação de seu trabalho de mestrado, intitulado "*Monitoramento Participativo da pesca na comunidade de Tarituba - Paraty - RJ: conciliando conservação e pesca artesanal*". O trabalho aproveitou a oportunidade de pesquisa que a elaboração do termo de compromisso gerou, numa perspectiva de mitigação de conflitos, entendendo o papel das unidades de conservação na proteção da zona costeira, mas considerando um histórico de gestão "de cima para baixo" e um entendimento desacoplado dos sistemas sociais e ecológicos. Teve como base conceitual o enfoque ecossistêmico da gestão da pesca, levando em conta o conhecimento ecológico local/tradicional para a gestão

AR
GH

da unidade de conservação. A pesquisa teve como objetivo geral "*Subsidiar e discutir uma proposta de gestão da pesca com enfoque ecossistêmico em dois blocos da ESEC Tamoios, a partir da demanda local*" e dentre os objetivos específicos "*Delinear um programa de monitoramento participativo da pesca artesanal de Tarituba e discutir o desenvolvimento desse processo*". Com base nesse monitoramento, poderiam ser discutidas propostas, como a recategorização dos blocos estudados incluindo diferentes graus de restrição, ou a redefinição de limites da ESEC Tamoios. O programa foi construído em oficinas participativas e definiu 4 objetivos principais para o monitoramento: demonstrar a importância dos pescadores nos blocos da ESEC Tamoios para as pescarias locais, reduzir o conflito entre pescadores e gestores, contribuir com a sustentabilidade da pesca em Tarituba e contribuir com o fortalecimento e união entre os pescadores. Dentre as conclusões do trabalho ela destaca a crise no sistema pesqueiro como impulsionadora da ação coletiva, considera que ainda é dada pouca atenção aos acordos informais e às técnicas tradicionais da gestão pesqueira e reconhece a dificuldade na manutenção de um sistema de monitoramento ao longo do tempo. No caso de Tarituba, o monitoramento sequer foi iniciado, devido a não-assinatura do TAC com os pescadores. Por último ela falou da devolutiva que foi feita no dia 04 de agosto em Tarituba e enfatizou a importância em se lidar localmente com o problema e em exigir respostas das demais instâncias. Tomando a palavra, Luciano Vidal afirmou que os pescadores foram iludidos, que foi lamentável tanta conversa e diálogo para no final a direção do ICMBio se negar a assinar. Diz que não tem nada contra a equipe local, mas que vai tomar uma atitude, depois das eleições. Susana Ramirelli pergunta sobre o que seria essa redefinição de limites. Ana Carolina explica que essa redefinição seria discutida com base no monitoramento. Régis propõe como encaminhamento que o trabalho de Ana Carolina integrasse o processo do Termo de Compromisso. Passou-se então a apresentação de Luciana Araújo.

Luciana Araújo se apresenta ao conselho. Está como pesquisadora da UNICAMP e trabalha em Paraty desde 2010. Apresenta um dos capítulos de sua tese de doutorado, onde foram analisadas as interações e relações de poder entre os principais *stakeholders* da pesca artesanal de Paraty, entre 2009 e 2013, nas arenas de gestão da pesca na região, considerando a existência de duas unidades de conservação de proteção integral - a ESEC Tamoios e o PARNA Bocaina - diretamente ligadas à vida dos pescadores artesanais. Lembra que a pesca não é somente fonte de renda, mas faz parte do dia-a-dia das pessoas, e o profundo conhecimento do mar que essas pessoas possuem. Ressalta também que o pescador é um aliado na conservação, que é uma categoria historicamente marginalizada dos processos decisórios e que é preciso colocar luz sobre isso. Em seu trabalho, identificou o protagonismo do ICMBio nas questões relacionadas a pesca, o fortalecimento de instituições locais da sociedade civil e o surgimento de novas lideranças e atores, entendendo que essas interações entre atores e relações de poder são dinâmicas e mudam ao longo do tempo. Considera importante a continuidade de atuação nas arenas de pesca, que podem ganhar maturidade ao longo do tempo, e que a busca por relações mais cooperativas desafia o governo a compartilhar poder e responsabilidade; e comunidades de pescadores a se fortalecer para o diálogo e negociação com ICMBio; num pano de fundo de conflito entre direitos sobre o território tradicional e a legislação de áreas protegidas. Em sua pesquisa de pós-doutorado, em andamento, Luciana tem como foco a participação social e a aprendizagem que processos de governança socioambiental possam estar promovendo em comunidades caiçaras de Paraty. O foco serão as comunidades de Tarituba, a partir da análise do processo de construção participativa do Termo de Compromisso que até agora não se firmou, e a comunidade de Trindade, analisando os processos de gestão envolvendo o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Por fim, Luciana chamou a atenção sobre o ambiente político-institucional de retrocesso que vivemos atualmente, reforçou que pescadores e ICMBio deveriam ser aliados e destacou a importância da FIPERJ ao fazer as pontes entre pescadores e ICMBio. Ainda sobre

AP
ST

a apresentação do capítulo da tese de doutorado de Luciana, Luciano Vidal estranha a pouca relevância dada a Colônia de Pesca de Paraty e a própria Secretaria de Pesca do município na análise de atores apresentada. Luciana lembra que o quadro apresentado reflete a situação em 2010, onde talvez a Colônia e a Secretaria não tivessem maior protagonismo, não descartando falhas possíveis na análise dos dados, e o próprio foco da pesquisa, que se deu na comunidade de Trindade. Luciana reconhece as limitações do trabalho de pesquisa, ao mesmo tempo que reconhece a evolução na participação da Colônia de Pesca de 2010 até o momento atual. Márcio pede que Luciana pergunte ao povo de Trindade o papel que a Colônia de Pesca vem desempenhando ao longo dos anos junto a comunidade. Ao final da apresentação de Luciana, Régis faz uma comparação da situação geral da baía da Ilha Grande com as baías de Sepetiba e da Guanabara. Ainda em relação ao Termo de Compromisso, considera que a não assinatura frustrou a todos e ainda enfraqueceu o conselho da ESEC Tamoios. De pé, Luciano Vidal toma a palavra e mais uma vez, fala da tristeza pelo posicionamento da direção do ICMBio e que estiveram com o presidente anterior que prometeu e não resolveu. Informou que assim que passar o processo eleitoral irão tomar uma atitude judicial. Que já tem uma pré-agenda definida com o Ministro do Meio Ambiente e com o novo presidente, que vão lutar pelos seus direitos, lembrando novamente dos 15 km ao redor da usina. Falou também de seu legado no período em que esteve no Ministério da Pesca, como a licença de pesca para as canoas à remo, ordenamento da pesca artesanal, o defeso municipal. E que tem fé e vai lutar até o fim. Russo, da APEPAD, tem buscado apoio também junto com o Vidal. Falou do acesso às embarcações pelo rio Mambucaba, a necessidade de dragagem e o processo de licenciamento junto ao INEA. Segundo o mesmo, a APEPAD estabeleceu parceria com o Hotel do Bosque para conseguir fazer os estudos exigidos pelo INEA no licenciamento.

Para encerrar a reunião, Régis tomou novamente a palavra, lembrou que está a oito anos e meio aqui e que recebeu um convite para ir para o Ministério do Meio Ambiente e que vai passar uma temporada lá e volta para a ESEC Tamoios. Vai tentar dar a sua contribuição no Gerenciamento Costeiro. Diz que estabeleceu algumas condicionantes, que estará com o presidente na próxima semana cuidando disso, garantir que a ESEC vai continuar no rumo, tratar do TAC. Vidal aproveita para dizer que está na hora do Régis fechar esse processo. Régis reforça que tem que ter pressão forte por lá, que é o momento de retomarmos e que a municipalidade tem pressão política suficiente para fazer o TAC sair, que o procurador Felipe Bogado tem enviado vários ofícios, que o TAC é importante para o sul fluminense. Por fim, diz que estará em Brasília de portas abertas, que levará as questões da baía da Ilha Grande, lembrando que tem coisas que só se resolvem por lá, que aprendeu muito por aqui e que fica feliz por estar saindo nesse momento.

Eu, Sylvia de Souza Chada, redigi a presente ata que vai assinada por mim e pelo presidente do conselho.


Sylvia de Souza Chada
Relatora


Régis Pinto de Lima
Presidente